



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

COMISSÃO TÉCNICA PARA A MATERIALIZAÇÃO DO COMPROMISSO POLÍTICO PARA UM DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO (COTE)

DOCUMENTO DE APOIO ÀS AUDIÇÕES PÚBLICAS

JUNHO DE 2026

ÍNDICE

I.	<u>INTRODUÇÃO</u>	3
II.	<u>ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS</u>	5
2.1	<u>Principais Questões Apresentadas</u>	5
2.2	<u>Soluções Propostas</u>	6
2.3	<u>Cenários de Política</u>	6
III.	<u>ASSUNTOS ELEITORAIS</u>	7
3.1	<u>Principais Questões Apresentadas</u>	7
3.2	<u>Soluções Propostas</u>	8
3.3	<u>Cenários de Política</u>	9
IV.	<u>ASSUNTOS FISCAIS</u>	9
4.1	<u>Principais Questões Apresentadas</u>	9
4.2	<u>Soluções Propostas</u>	10
4.3	<u>Cenários de Política</u>	10
V.	<u>ASSUNTOS ECONÓMICOS</u>	11
5.1	<u>Principais Questões Apresentadas</u>	11
5.2	<u>Soluções Propostas</u>	12
5.3	<u>Cenários de Política</u>	12
VI.	<u>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DESPARTIDARIZAÇÃO</u>	13
6.1	<u>Principais Questões Apresentados</u>	13
6.2	<u>Soluções Propostas</u>	14
6.3	<u>Cenários de Política</u>	14
VII.	<u>RECURSOS NATURAIS</u>	15
7.1	<u>Principais Questões Apresentados</u>	15
7.2	<u>Soluções Propostas</u>	16
7.3	<u>Cenários de Política</u>	16
VIII.	<u>ASSUNTOS DE JUSTIÇA</u>	17
8.1	<u>Principais Questões Apresentadas</u>	17
8.2	<u>Soluções Propostas</u>	17
8.3	<u>Cenários de Política</u>	18
IX.	<u>DEFESA E SEGURANÇA</u>	18
9.1	<u>Principais Questões Apresentadas</u>	18
9.2	<u>Soluções Propostas</u>	19
9.3	<u>Cenários de Política</u>	19

X.	<u>RECONCILIAÇÃO E UNIDADE NACIONAL</u>	20
10.1	<u>Principais Questões Apresentadas</u>	20
10.2	<u>Soluções Propostas</u>	20
10.3	<u>Cenários de Política</u>	21
XI.	<u>DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO</u>	22
11.1	<u>Principais Questões Apresentadas</u>	22
11.2	<u>Soluções Propostas</u>	22
11.3	<u>Cenários de Política</u>	22
XII.	<u>CONCLUSÃO GERAL</u>	24

I. INTRODUÇÃO

O presente documento destina-se a apoiar os Membros da Comissão Técnica para a Materialização do Compromisso Político para um Diálogo Nacional Inclusivo (COTE) nas Sessões Provinciais e Distritais de Audições.

O documento apresenta, de forma simplificada e operacional, os principais resultados das auscultações realizadas no âmbito do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), conduzidas pela COTE.

As auscultações abrangeram todas as províncias do país, a Cidade de Maputo e a diáspora, envolvendo cidadãos, organizações da sociedade civil, líderes comunitários e religiosos, académicos, partidos políticos, representantes do sector privado, jovens, mulheres, pessoas com deficiência e instituições do Estado.

As contribuições recolhidas foram organizadas em dez áreas temáticas:

- 1. Assuntos Constitucionais;**
- 2. Assuntos Eleitorais;**
- 3. Assuntos Fiscais;**
- 4. Assuntos Económicos;**
- 5. Administração Pública e Despartidarização;**
- 6. Recursos Naturais;**
- 7. Assuntos de Justiça;**
- 8. Defesa e Segurança;**
- 9. Reconciliação e Unidade Nacional;**
- 10. Descentralização e Desconcentração.**

Em cada área temática foram apresentadas:

- Principais Questões;
- Propostas soluções;
- Opções de Política organizadas em três cenários:
 - Reforma Profunda;
 - Reforma Moderada;
 - Continuidade.

Assim, durante as Sessões Provinciais e Distritais, recomenda-se que os Membros da COTE:

- Apresentem as Principais Questões Apresentadas;
- Expliquem as Soluções Propostas;
- Apresentem os Três Cenários de Política;
- Incentivem o Debate Público e a Participação Cidadã;
- Recolham Contribuições adicionais;
- Promovam um ambiente de respeito, inclusão e diálogo.

Sugere-se que cada apresentação siga a seguinte sequência:

1. Problema apresentado;
2. Propostas soluções;
3. Cenários de política;
4. Debate e recolha de contribuições.

II. ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS

2.1 Principais Questões Apresentadas

- Excessiva concentração de poderes no Presidente da República, sendo simultaneamente Chefe de Estado, Chefe de Governo, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança e Presidente do Conselho de Ministros. Além disso, nomeia livremente ministros, magistrados judiciais, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Conselho Constitucional, o Presidente do Tribunal Supremo, o Presidente do Tribunal Administrativo, os Juizes Conselheiros e os Reitores das universidades públicas, sem qualquer escrutínio efectivo por parte da Assembleia da República reduzindo o equilíbrio entre os órgãos do Estado e limitando os mecanismos de controlo institucional;
- Acumulação das funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo e liderança partidária, concentrando poder político e executivo numa única figura;
- Conflitos institucionais entre Governadores Provinciais eleitos e Secretários de Estado nomeados, criando duplicação de funções e dificuldades de coordenação;
- Excessivo centralismo político e administrativo, limitando a autonomia efectiva das províncias e distritos;
- Partidarização da Administração Pública e de instituições do Estado, afectando a neutralidade institucional;
- Ausência de limites de mandatos em determinados cargos políticos (como o de deputado) e administrativos;
- Sistema de cabeça de lista reduzindo a autonomia dos eleitos perante os partidos;
- Ausência de Tribunal Constitucional com competências amplas de fiscalização constitucional;
- Número elevado de deputados e estruturas governativas, aumentando custos do Estado.

2.2 Soluções Propostas

- Redução dos poderes do Presidente da República, reforçando o equilíbrio entre os órgãos de soberania;
- Separação entre as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo, permitindo a maior divisão de responsabilidades;
- Eliminação da figura do Secretário de Estado nas províncias, clarificando a cadeia de governação territorial;
- Criação do Tribunal Constitucional, reforçando a fiscalização constitucional e a independência institucional;
- Despartidarização efectiva do Estado e da Administração Pública;
- Introdução de limites de dois mandatos para determinados cargos políticos e administrativos, como deputados, presidentes de conselhos autárquicos e administradores distritais;
- Eleição directa de Governadores Provinciais e Presidentes de Município;
- Redução do número de deputados para 150 e racionalização de estruturas governativas;
- Reforço da autonomia provincial e distrital.

2.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Neste cenário, são realizadas mudanças estruturais no sistema político e constitucional. Prevê-se a separação efectiva entre Chefe de Estado e Chefe de Governo, eliminação do sistema de cabeça de lista, reforço da separação de poderes, incompatibilidade entre Presidência da República e liderança partidária, despartidarização efectiva do Estado e maior autonomia política, administrativa e financeira das províncias e distritos.

Cenário 2: Reforma Moderada

Neste cenário, são introduzidas reformas graduais destinadas a melhorar o equilíbrio institucional e reforçar a governação democrática, sem alterar profundamente o modelo político vigente. Inclui limitação parcial dos poderes presidenciais, criação do Tribunal Constitucional, reforço da autonomia local, limitação de dois mandatos para deputados, autarcas e administradores, redução do número de deputados e ministérios, despartidarização administrativa e manutenção do sistema de lista, mas com maior transparência.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Neste cenário, mantém-se o actual modelo constitucional e presidencialista, preservando a organização actual do Estado, o sistema de cabeça de lista, a figura do Secretário de Estado e a actual distribuição de poderes. As reformas limitam-se a alguns ajustamentos administrativos e legais, sem alterações estruturais profundas.

III. ASSUNTOS ELEITORAIS

3.1 Principais Questões Apresentadas

- Partidarização da CNE e do STAE, afectando a percepção de imparcialidade e credibilidade do processo eleitoral;
- Falta de confiança pública nos resultados eleitorais e nos mecanismos de contagem de votos;
- Lentidão na divulgação dos resultados eleitorais, aumentando tensões e especulações pós-eleitorais;
- Alegações recorrentes de fraude, enchimento de urnas e irregularidades processuais;
- Recenseamento eleitoral considerado oneroso, burocrático e vulnerável a exclusões;
- Fragilidade dos mecanismos de contencioso eleitoral;
- Falta de transparência no financiamento dos partidos e campanhas eleitorais;

- Dispersão legislativa sobre leis eleitorais, faltando um código eleitoral único;
- Barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência;
- Uso recorrente de discursos e práticas que aumentam tensões políticas durante os processos eleitorais.

3.2 Soluções Propostas

- Profissionalização e despartidarização gradual da CNE e do STAE;
- Selecção técnica dos membros dos órgãos eleitorais através de concursos públicos;
- Redução dos prazos de divulgação dos resultados eleitorais;
- Introdução gradual do voto electrónico e modernização tecnológica do sistema eleitoral;
- Recenseamento electrónico e biométrico;
- Criação de justiça eleitoral especializada e reforço do contencioso eleitoral;
- Aprovação de um código eleitoral único;
- Reforço da transparência no financiamento político;
- Criminalização da auto-proclamação de vitória antes dos resultados oficiais;
- A realização simultânea de eleições gerais, provinciais e autárquicas;
- A substituição do cartão de eleitor por bilhete de identidade;
- O registo eleitoral contínuo;
- Reforço da participação da sociedade civil e observação eleitoral;
- Observação de princípios de paridade na composição dos órgãos eleitorais.

3.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma transformação estrutural do sistema eleitoral, com órgãos eleitorais integralmente técnicos e independentes, recenseamento electrónico e biométrico, introdução do voto electrónico, divulgação dos resultados eleitorais parciais em 48 horas e os definitivos em 7 dias, justiça eleitoral especializada permanente, transparência reforçada do financiamento político e revisão profunda do quadro legal eleitoral.

Cenário 2: Reforma Moderada

São implementadas reformas graduais destinadas a melhorar a transparência, eficiência e credibilidade do sistema eleitoral. Inclui profissionalização dos órgãos eleitorais, introdução do recenseamento electrónico, os tribunais distritais com competência para julgar ilícitos eleitorais, a substituição do cartão de eleitor pelo bilhete de identidade, exclusão dos professores da condução do processo eleitoral, manutenção do voto em papel devido as limitações tecnológicas das zonas rurais.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se a actual estrutura eleitoral, incluindo a composição partidária da CNE e do STAE, o modelo actual de votação e os mecanismos vigentes de recenseamento e contagem. Introduzem-se melhorias institucionais, operacionais e logísticas, como redução dos prazos de divulgação dos resultados eleitorais e de investidura dos órgãos eleitos, formação de agentes eleitorais e reforço de equipamentos.

IV. ASSUNTOS FISCAIS

4.1 Principais Questões Apresentadas

- Sistema fiscal considerado injusto, penalizando sobretudo cidadãos de baixa renda e pequenas empresas;
- Excessivas isenções fiscais e benefícios tributários para determinados sectores e grupos económicos;
- Centralização das receitas públicas, reduzindo a autonomia financeira local;
- Fraca transparência na gestão orçamental e aplicação dos recursos públicos;

- Elevada burocracia e baixa digitalização dos serviços fiscais;
- Fraca confiança dos cidadãos no sistema fiscal devido à percepção de corrupção e desperdício;
- Baixa capacidade de arrecadação local e reduzida eficiência da administração tributária;
- Redução das taxas aduaneiras na importação de bens e serviços;
- Sobreposição institucional e lacunas legais que se manifesta na confusão de competências orçamentais entre governos central, provinciais e municipais.

4.2 Soluções Propostas

- Revisão do sistema tributário para promover maior justiça fiscal;
- Redução do IVA sobre produtos básicos e essenciais;
- Maior tributação sobre grandes empresas e actividades de maior rentabilidade;
- Digitalização dos serviços fiscais e simplificação de procedimentos;
- Reforço da transparência orçamental e prestação de contas;
- Maior autonomia financeira para províncias, distritos e autarquias;
- Revisão das isenções fiscais consideradas excessivas;
- Reforço da fiscalização e combate à evasão fiscal.

4.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma transformação estrutural do sistema fiscal de longo prazo, incluindo a c

consolidação constitucional ou legal de princípios de neutralidade fiscal, revisão radical do sistema de arrecadação, por exemplo, com a substituição de impostos ineficientes por novas bases tributárias, forte autonomia financeira e orçamental para os níveis locais, definição de metas rígidas de desempenho e controlo de desperdícios, e a eliminação completa de isenções e privilégios não justificados.

Cenário 2: Reforma Moderada

São introduzidas reformas graduais para simplificar o sistema tributário, reduzir burocracias, reforçar a digitalização e melhorar a redistribuição de recursos para os níveis locais. Inclui revisão legislativa do Código Tributário e do EGFAE/REGFAE, simplificação de impostos, digitalização gradual dos serviços fiscais e orçamentais, criação de cartas de serviços públicos e reforço de plataformas electrónicas, início da descentralização fiscal quer por aumento de transferências, quer pela atribuição de impostos locais, bem como a racionalização das isenções e benefícios fiscais, sem os eliminar de forma abrupta.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se o actual modelo fiscal, com acções de curto prazo, introduzindo melhorias administrativas, auditoria das actuais isenções, estabelecimento de regras mínimas de transparência, como concursos públicos e portais de receitas, pequenas mudanças em processos, como a redução pontual de taxas administrativas e do IVA em produtos básicos.

V. ASSUNTOS ECONÓMICOS

5.1 Principais Questões Apresentadas

- Elevado desemprego juvenil e reduzida criação de emprego formal;
- Fraca industrialização e limitada capacidade produtiva nacional;
- Baixo acesso ao crédito para empresas nacionais e pequenos produtores;
- Dependência excessiva de importações de bens e matérias-primas;

- Infraestruturas insuficientes em estradas, energia, armazenamento e logística;
- Crescimento económico pouco inclusivo e concentrado;
- Burocratismo no processo de criação de empresas;
- Fragilidade macroeconómica, pressão cambial e dívida pública elevada;
- Baixa transformação local dos recursos naturais;
- Sistema educativo pouco alinhado as competências requeridas e pouca diversificação da economia nacional;
- Falta de transparência e prestação de conta, burocracia excessiva e sobreposição de estruturas públicas;
- Percepção de exclusão económica em várias regiões do país.

5.2 Soluções Propostas

- Promoção da industrialização e transformação local da produção nacional;
- Apoio à agricultura comercial, agro-indústria e cadeias de valor;
- Expansão do crédito à economia e apoio às PME;
- Formação técnico-profissional orientada para o mercado de trabalho;
- Investimento em infraestruturas económicas e produtivas;
- Incentivos à produção nacional e substituição de importações;
- Reforço da transparência económica e melhoria do ambiente de negócios;
- Promoção da inovação, tecnologia e empreendedorismo juvenil;
- Diversificação da economia e expansão das exportações;
- Maior inclusão económica regional e social.

5.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma transformação estrutural da economia nacional, incluindo a adopção de um novo pacto fiscal orientado para a sustentabilidade da dívida, a revisão constitucional ou legal de órgãos de desenvolvimento, forte aposta na industrialização, inovação tecnológica, diversificação produtiva, reforma fiscal e reorganização do papel do Estado na economia. Inclui expansão massiva de infraestruturas, fortalecimento da economia nacional, transformação local dos recursos naturais e maior integração económica regional.

Cenário 2: Reforma Moderada

São implementadas reformas graduais para reforçar a industrialização, expandir infraestruturas, apoiar PME, aumentar o investimento produtivo e promover maior inclusão económica. Prevê-se reforço do crédito, incentivos à agro-indústria, criação de incubadoras de negócios regionais e programas de formação profissional e melhoria gradual do ambiente de negócios.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se o actual modelo económico, introduzindo medidas de apoio à produção, emprego e ambiente de negócios. As reformas concentram-se em simplificação regulatória em matérias de licenciamento e registo de terras, certificação de produtos, programas específicos de apoio económico (microcrédito, feiras de negócios e campanhas de divulgação) e expansão gradual de infraestruturas.

VI. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DESPARTIDARIZAÇÃO

6.1 Principais Questões Apresentados

- Partidarização da Administração Pública, afectando a neutralidade do Estado;
- Nepotismo, favoritismo e fragilidade da meritocracia nos processos de recrutamento e progressão;
- Estabilização da estrutura do Governo;
- Excesso de burocracia e lentidão dos serviços públicos;

- Baixa qualidade do atendimento ao cidadão;
- Descentralização da gestão dos subsídios de funeral;
- Concretização da assistência médica e medicamentosa;
- Reintrodução de subsídio de deslocamento;
- Necessidade de retoma dos actos administrativos na função pública;
- Sobreposição de estruturas e conflitos de competências institucionais;
- Fraca digitalização e interoperabilidade dos sistemas públicos;
- Desmotivação dos funcionários públicos devido às condições de trabalho e de sigualdades salariais;
- Centralização excessiva das decisões administrativas.

6.2 Soluções Propostas

- Revisão do EGFAE e REGFAE;
- Reforço da meritocracia e transparência nos concursos públicos;
- Simplificação administrativa e digitalização dos serviços;
- Clarificação de competências institucionais entre o poder central, as províncias, os distritos, os órgãos de governação descentralizada e as estruturas de representação do Estado;
- Revisão de estruturas sobrepostas;
- Melhoria das condições de trabalho e incentivos aos funcionários públicos;
- Reforço da neutralidade política da Administração Pública;
- Modernização da gestão pública orientada para resultados.

6.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma reorganização estrutural da Administração Pública, baseada na neutralidade política, profissionalização efectiva, avaliação por resultados e separação clara entre Estado e partido.

Cenário 2: Reforma Moderada

São implementadas reformas graduais para reforçar a meritocracia, modernizar os serviços públicos, aumentar a transparência e melhorar o desempenho institucional. Inclui revisão de normas administrativas, introdução de concursos mais transparentes, reforço de mecanismos de mérito, aumento da autonomia operacional das instituições, digitalização gradual e racionalização de estruturas públicas.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se a actual estrutura administrativa, introduzindo melhorias na gestão e simplificação de alguns serviços públicos, tais como circulares de mérito, revisão de procedimentos, simplificação de atendimento e digitalização pontual de serviços.

VII. RECURSOS NATURAIS

7.1 Principais Questões Apresentadas

- Fraca governação e coordenação institucional na gestão dos recursos naturais, gerando duplicações e vazamentos de responsabilidade;
- Retenção ao nível central das receitas provenientes da exploração dos recursos;
- Baixa devolução de benefícios para comunidades locais e zonas produtoras;
- Fiscalização insuficiente e degradação ambiental;
- Exportação de matéria-prima sem processamento local;
- Exclusão das comunidades nos processos de decisão;
- Fraca capacidade técnica e institucional do Estado;
- Conflitos ligados ao acesso, uso e distribuição dos benefícios dos recursos nat

urais.

7.2 Soluções Propostas

- Maior participação comunitária na gestão dos recursos naturais;
- Reforço da fiscalização ambiental e institucional;
- Redistribuição de receitas para províncias, distritos e comunidades locais;
- Promoção da industrialização local e transformação de matérias-primas;
- Revisão das leis dos recursos naturais;
- Reforço da transparência nos contratos e concessões;
- Formação técnica nacional em áreas estratégicas como geologia e engenharia local;
- Promoção da sustentabilidade ambiental e energética.

7.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma transformação estrutural da gestão dos recursos naturais, com forte descentralização, redistribuição de poder e receitas, industrialização local e participação efectiva das comunidades. Inclui ainda descentralização, nova estrutura fiscal do regime de impostos e royalties, participação estatal maioritária nos empreendimentos-chave, diversificação económica.

Cenário 2: Reforma Moderada

São introduzidas reformas graduais para reforçar a governação, aumentar os benefícios locais, melhorar a fiscalização e promover algum processamento nacional dos recursos. Prevê-se reforço da co-gestão, maior participação comunitária, fortalecimento institucional, capacitação local e revisão parcial do quadro legal.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se o actual modelo de exploração e gestão dos recursos naturais, com ajustes administrativos e reforço da fiscalização.

VIII. ASSUNTOS DE JUSTIÇA

8.1 Principais Questões Apresentadas

- Morosidade processual e atrasos na tramitação de processos;
- Dificuldade de acesso à justiça, sobretudo nas zonas rurais;
- Percepção de corrupção e interferência política no sistema judicial;
- Fragilidade da independência judicial;
- Custos elevados dos processos judiciais;
- Cobertura insuficiente dos tribunais e serviços de justiça;
- Fraca assistência jurídica aos cidadãos mais vulneráveis.

8.2 Soluções Propostas

- Reforço da independência judicial;
- Expansão dos tribunais e serviços de justiça;
- Digitalização processual e modernização dos sistemas;
- Combate à corrupção no sector da justiça;
- Formação contínua de magistrados e funcionários judiciais;
- Fortalecimento da assistência jurídica gratuita;

- Reforço da transparência e prestação de contas.

8.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma reforma estrutural do sistema judicial, reforçando a independência, acessibilidade, transparência e confiança pública na justiça, através de mudanças institucionais profundas e fortalecimento dos mecanismos de controlo e integridade.

Cenário 2: Reforma Moderada

São implementadas reformas graduais para modernizar os tribunais, expandir serviços de justiça e melhorar a eficiência processual. Inclui digitalização, reforço institucional e melhoria gradual do acesso à justiça.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se o actual sistema judicial, introduzindo melhorias administrativas e reforço de capacidades institucionais.

IX. DEFESA E SEGURANÇA

9.1 Principais Questões Apresentadas

- Persistência do terrorismo e insegurança em algumas regiões do país;
- Fraca confiança entre população e forças de defesa e segurança;
- Condições precárias de trabalho, equipamento e logística das FDS, fruto de desinvestimento ano após ano;
- Politização de algumas estruturas de segurança;
- Violação de direitos humanos e abuso de autoridade;

- Fraca coordenação institucional, com falta de harmonização entre Forças Armadas, Polícia, Inteligência, Justiça, e entidades civis, limitando a resposta integrada as ameaças;
- Segurança pouco sensível ao género, sobretudo em contextos de conflito e deslocamentos;
- Desafios na protecção das fronteiras e combate ao crime organizado.

9.2 Soluções Propostas

- Modernização e profissionalização das forças de defesa e segurança;
- Melhoria das condições sociais, salariais e logísticas das FDS;
- Formação contínua em direitos humanos e ética profissional;
- Integração vinculativa da Agenda Mulheres, paz e Segurança para maior participação das mulheres nos processos de prevenção de conflitos, mediação, defesa, segurança e construção de paz;
- Construção de um consenso nacional suprapartidário em torno da Estratégia Nacional de Defesa e Segurança, assegurando a continuidade institucional e a estabilidade estratégica para além dos ciclos políticos;
- Reforço da proximidade entre FDS e comunidades;
- Modernização tecnológica e operacional (capacidades navais, aéreas, fronteiriças, cibernéticas e de protecção de infra-estruturas críticas);
- Reforço da coordenação institucional e da inteligência;
- Promoção da auto-suficiência logística das FDS para reduzir as dependências externas;
- Fortalecimento da confiança pública nas instituições de segurança.

9.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma transformação estrutural do sector de defesa e segurança, com forte profissionalização, despolitização, modernização institucional e redefinição do modelo nacional de segurança. As implicações seriam uma mudança profunda do paradigma de segurança nacional, com separação real entre as Forças de Defesa e Segurança e os interesses partidários, maior confiança pública e uma paz duradoura baseada na justiça.

Cenário 2: Reforma Moderada

São introduzidas reformas graduais para reforçar a profissionalização, melhorar condições das FDS, reforçar a coordenação e aumentar a cooperação com as comunidades locais. Inclui a aprovação de uma Estratégia Nacional de Defesa e Segurança baseada em consensos políticos mais amplos, a revisão da legislação sectorial para fortalecer os mecanismos de coordenação entre forças armadas, polícia, inteligência e instituições civis, a modernização progressiva das FDS através de programas plurianuais de investimento e capacitação, a introdução de mecanismos independentes de denúncia, e a integração gradual das abordagens de segurança humana, direitos humanos, protecção de civis e igualdade de género nas políticas e operações de defesa e segurança.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se o actual modelo de segurança, introduzindo melhorias operacionais e reforço de meios e capacidades. Este cenário procura preservar estabilidade institucional e operacional imediata.

X. RECONCILIAÇÃO E UNIDADE NACIONAL

10.1 Principais Questões Apresentadas

- Persistência de divisões políticas e sociais;
- Desconfiança entre cidadãos e instituições;
- Exclusão social, regional e económica;
- Fragilidade da coesão nacional;

- Discursos de intolerância e violência política;
- Memórias de conflito ainda presentes em várias comunidades.

10.2 Soluções Propostas

- Promoção do diálogo permanente;
- Educação para cidadania, paz e tolerância;
- Inclusão política, económica e social;
- Envolvimento das confissões religiosas na reconciliação nacional;
- Aprofundar a descentralização financeira e administrativa e reforçar as autonomias locais;
- Valorização da diversidade cultural;
- Mecanismos locais de reconciliação e mediação;
- Reforço da coesão nacional e identidade moçambicana.

10.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se a construção de um novo pacto nacional de reconciliação, baseado em reformas estruturais de inclusão política, económica e social e fortalecimento da unidade nacional.

Cenário 2: Reforma Moderada

São reforçados programas de inclusão social, diálogo político, educação cívica e iniciativas comunitárias de reconciliação, visando fortalecer gradualmente a coesão nacional. Inclui actos normativos para criar legislação sobre reconciliação, incluindo a proibição de incitação étnica, a nomeação de comissões de verdade ou memória histórica e a alocação de fundos para programas de reintegração. Prevê também a despartidarização gradual de certas instituições, o fortalecimento de mecanismos de diálogo permanente, o aumento da descentralização orçamental com planos de desenvolvimento local participativos, desencadeamento de um movimento nacional de educação para a cidadania e patriotismo e criação de um Conselho Nacional de Paz e Coesão Na